

## VIVER É MUITO PERIGOSO:

### Messiânicos e cangaceiros nos sertões brasileiros (1890-1940)

**Antônio Fernando de Araújo Sá**

Doutor em História pela Universidade de Brasília.

Professor Titular do Departamento de História/

Programa de Pós-Graduação em História (UFS)

*Grupo de Pesquisa História Popular do Nordeste* (CNPq/UFS)

E-mail: [afsa@ufs.br](mailto:afsa@ufs.br)

#### Resenha do Livro

DOESWIJK, Andreas L. **Vivir es muy peligroso: Mesiânicos y cangaceiros em los sertones brasileiros**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: RyR, 2016.

A historiografia das rebeldias no campo brasileiro nas primeiras décadas republicanas não tem repercutido como deveria no mundo de língua hispânica, especialmente por conta das proximidades históricas e sociais entre as experiências rurais na América Latina. De certa forma, o livro de Andreas Doeswijk, professor da cátedra de História Americana (séculos XIX e XX), na Universidade de Comahue, na província de Neuquén (Argentina), pode suprir essa insuficiência e contribuir para o avanço do intercâmbio entre as historiografias nacionais latino-americanas, como atestam as aproximações por ele sugeridas entre as obras de Euclides da Cunha e Domingo Faustino Sarmiento para se pensar as respectivas nações do Cone Sul.

No presente livro, cujo título inspira-se no *Grande Sertão: Veredas*, de João Guimarães Rosa, se estabelece a opção teórica pelo diálogo entre história e literatura para pensar os sertões brasileiros em suas rebeldias sociais, como as Guerras de Canudos e do Contestado e o Cangaço. Segundo ele, essa premissa é válida pelo fato do romance histórico recriar o clima da época e incentivar abordagens propriamente historiográficas.

Publicado em 2016, dentro da Biblioteca Militante da Editora Razão e Revolução, esse livro busca articular a construção de uma cultura socialista com a tradição da rebeldia

camponesa na América Latina, numa clara inspiração no marxismo de E. P. Thompson. Nesse sentido, os movimentos camponeses do passado seriam situados como precursores de uma *tradição revolucionária* na historiografia marxista (SILVA, 1996: p. 221), que desembocaria na luta contemporânea do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Mesmo que não tivessem objetivos claramente definidos, demonstrando a incapacidade de romper, de modo radical, com o sistema social dominante, os bandos de cangaceiros e/ou sociorreligiosos representaram um momento de enfrentamento e resistência ao poder do latifúndio.

Assim, o objetivo central do livro é compreender os “homens e mulheres que lutaram para mudar o sistema ou, ao menos, melhorar suas condições de vida e o fizeram em seus próprios termos e com meios materiais e representações sociais de que dispunham” (DOESWIJK, 2016: p. 28).

No primeiro capítulo, Doeswijk coloca Canudos ou Belo Monte como uma encruzilhada de caminhos, utilizando-se do diálogo intertextual entre a narrativa literária e historiográfica. A escolha bibliográfica de análise concentrou-se nas matrizes discursivas sobre a Guerra de Canudos: a tradição euclidiana e a de viés marxista.

Entre os autores escolhidos, é perceptível a continuidade da interpretação messiânica do fenômeno realizada por Euclides da Cunha nos textos de romancistas, como Mario Vargas Llosa, e de historiadores, como Robert Levine. Para o historiador, a obra *Guerra do Fim do Mundo* (1981) é paradigmática da intertextualidade com *Os Sertões* (1902), mas deve ser lida com o olhar contemporâneo da teoria dos dois demônios, “segundo a qual guerrilheiros e forças armadas são de modo equânime responsabilizados pela militarização da sociedade latino-americana” (DOESWIJK, 2016: p. 50).

A associação entre as obras de Euclides da Cunha e Domingo Faustino Sarmiento é reveladora de que os protagonistas em seus livros são o “sertão” e o “deserto”, transformados pela ação dos intelectuais missionários da civilização. Entretanto, diferentemente de Sarmiento, que não duvida de que a barbárie rural tem que ser substituída pela civilização das cidades, Euclides tem uma postura ambígua diante do sertanejo, valorizando o vaqueiro com relação ao gaúcho dos pampas, pela força e o sentido prático e resignado da vida, mas que o único trabalho legítimo do sertanejo era o das fazendas. “Sair da estrutura latifundiária era ingressar na ociosidade, na

marginalidade e na vagabundagem, que atentavam contra o progresso e fomentavam a miséria” (DOESWIJK, 2016: p. 67).

As interpretações de Robert Levine e Marco Antônio Villa reafirmaram o papel central da religião na experiência de Belo Monte, discordando entre si da abordagem na questão agrária. Próximo da leitura euclidiana de choque cultural entre litoral e sertão, Levine quase não dedica atenção à cultura material, centrando-se na emergência do movimento milenarista que buscava restituir o trono ao legítimo herdeiro dos Braganças. Já Villa não aceita a interpretação messiânica, afastando-se da linha interpretativa marxista de Rui Facó, Edmundo Moniz e José de Souza Martins, ao não considerar a religião como “falsa consciência” dos camponeses e muito menos expressão de um socialismo utópico. Em sua visão, Canudos é “uma utopia agrária, amalgamada pela ideologia religiosa” (DOESWIJK, 2016: p. 77).

Simpático à interpretação de Villa, o historiador define que, em Belo Monte, “terra e religião passaram a formar parte de um todo coerente, um mundo com sentido que estavam dispostos a defender” (DOESWIJK, 2016: p. 84-85). Era uma utopia agrária sertaneja e não uma utopia socialista.

No segundo capítulo, Doeswijk se debruça sobre a Guerra do Contestado, que se desenvolveu entre outubro de 1912 e janeiro de 1916, efetuando uma revisão sobre a ideia de guerra, pois foi uma luta desigual entre pobres e ricos, “uma confrontação entre o capitalismo emergente e concepções tradicionais de vida fundamentadas em relações de reciprocidade”. Para ele, as cidades santas tampouco estavam localizadas na região contestada entre os estados de Santa Catarina e Paraná, pois se concentravam na “região catarinense de Serra Acima, a oeste do vale do Rio do Peixe, e somente parcialmente no território em litígio entre os estados vizinhos” (DOESWIJK, 2016: p. 93 e 94).

A pouca atenção da historiografia brasileira sobre esse movimento diferentemente da Guerra de Canudos foi demonstrada, de modo cabal, pelo autor, destacando os trabalhos pioneiros de Maurício Vinhas de Queiróz e Duglas Teixeira Monteiro e mais recentemente o de Paulo Pinheiro Machado como fundamentais para a interpretação deste que foi um importante episódio da história da luta de classes no Brasil. Para ele, o massacre dos camponeses de Serra Acima possibilita-nos “compreender como funcionavam os mecanismos de economia política em uma sociedade de políticos

liberais, coronéis autocráticos e companhias multinacionais que se erigiam em enclaves autônomos nas terras adquiridas com base na corrupção com o auxílio de advogados brasileiros próximos com as políticas dos Estados” (DOESWIJK, 2016: p. 100-101).

Diferentemente da maioria dos estudiosos, o historiador intenta compreender a passagem de um movimento religioso e místico na primeira fase para um movimento de ruptura com a ordem vigente, quando, na última fase, os rebeldes assaltavam as fazendas dos coronéis. Para ele, o massacre de Taquaruçu, em fevereiro de 1914, fez com o movimento se tornasse “áspero, intransigente e revolucionário”, transformando-se em um mais popular e mais classista. Desse modo, o “Contestado, por seu rechaço às alianças com setores ligados ao poder e por sua vocação de impor seu projeto de força, foi mais revolucionário que outros movimentos similares” (DOESWIJK, 2016: p. 116 e 131).

Também Doeswijk critica interpretações que se basearam na memória coletiva da região, afirmando que os testemunhos encobrem mais do que revelam, pois a tendência geral é que “os vencidos, para salvar sua pele, repetem em seus discursos o formato da história do vencedor” (DOESWIJK, 2016: p. 140).

No último capítulo, destaca o fenômeno social do cangaço, centrando-se na explicação da decadência econômica regional do complexo produtivo do açúcar, do qual a pecuária era subsidiária, agravada pelas secas periódicas nos sertões nordestinos que quebravam “o compromisso tácito de coexistência entre o homem do sertão e o cangaceiro, inclusive pela retirada às cidades dos senhores da terra” (DOESWIJK, 2016: p. 149).

Tomando a figura de Lampião, o historiador propõe que os cangaceiros não demonstravam interesse em transformar a sociedade sertaneja e eram “tão conservadores quanto à fração política a qual, conjunturalmente, combatiam”. Nesse sentido, o banditismo rural poucas vezes tem características reformistas ou de protesto social e o caso de Lampião é emblemático, por não tocar nas formas de dominação social vigente à sua época. Portanto, o cangaço era uma “parte intrínseca da estrutura político-social de regiões do interior dominadas – até a década de 30 – por clãs de latifundiários” (DOESWIJK, 2016: p. 151 e 153).

Próximo das reflexões de Maria Isaura Pereira de Queiróz, o autor critica a heroificação do cangaceiro a partir dos anos 1950 na literatura de cordel, no cinema e na historiografia, incluindo escritores ligados ao Partido Comunista Brasileiro, como Rui Facó. No mesmo diapasão, para ele, a inserção de mulheres nos bandos não representou a humanização dos cangaceiros, pois se mantinha a violência de gênero como parte das práticas cotidianas da vida nos sertões, como é caso dos assassinatos de Lídia, mulher de Zé Baiano.

Desconstruindo o mito do cangaço, Doeswijk afirma que o movimento foi uma rebelião típica do lumpemproletariado, de base egocêntrica, marginal e não de transformação social; era, objetivamente, uma forma de fugir da miséria e das perseguições dos clãs inimigos. Sua reconstrução memorial a partir dos anos 1950 sofreu uma metamorfose, reveladora da admiração de artistas e intelectuais da força de lutar contra as adversidades extremas e brutais, prenunciando a invenção de uma tradição revolucionária.

Como podemos observar o historiador realizou uma incursão nos movimentos sociais e religiosos brasileiros, ancorada em bibliografia representativa e atualizada sobre o assunto. No livro percebe-se uma maior atenção ao movimento camponês de Serra Acima, mais conhecido como Contestado, estabelecendo uma leitura quase revolucionária da fase final da guerra, quando as lideranças radicalizaram a expropriação do gado nas fazendas dos coronéis. Entretanto, com relação à Belo Monte, ao enfatizar a discussão sobre messianismo e/ou milenarismo, o autor ficou preso à “gaiola de ouro” da interpretação de Euclides da Cunha, não explorando o olhar interno dos conselheiristas estabelecido por José Calasans, cuja obra foi citada, mas não devidamente trabalhada. Em seu livro clássico *O Ciclo Folclórico do Bom Jesus Conselheiro: Contribuição ao Estudo da Campanha de Canudos* (1950), baseado na poesia popular e nos depoimentos orais de sobreviventes e descendentes conselheiristas. Calasans reiterou que os “vencidos” também têm um lugar na História, quando, por meio de biografias dos jagunços, resgatou os conselheiristas como sujeitos históricos.

Diferentemente do que sugeriu o autor, penso que a melhor maneira de lidar com as armadilhas da memória de Canudos e do cangaço é “ver qual o papel da memória para a história é observar a memória na história” (FRENTRESS & WICKMAN, 1994: p. 21),

na medida em que eles não se tornaram história, são ainda memória, campo de vivência e luta pelo presente e pelo futuro da República.

Essas singelas observações visam apenas estabelecer um intercâmbio historiográfico entre as pesquisas desenvolvidas nas universidades brasileiras e latino-americanas e o livro de Doeswijk pode ser, sem dúvida, um excelente ponto de partida.

## **BIBLIOGRAFIA**

CALASANS, José. **O Ciclo Folclórico do Bom Jesus Conselheiro**: Contribuição ao Estudo da Campanha de Canudos. Salvador: EDUFBA/Centro de Estudos Baianos, 2002 (Edição fac-similada).

DOESWIJK, Andreas L. **Vivir es muy peligroso: Mesiânicos y cangaceiros em los sertones brasileños**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: RyR, 2016.

FENTRESS, James e WICKMAN, Chris. **Memória Social**. Lisboa: Teorema, 1994.

HOBBSAWM, Eric. **Bandidos**. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

SILVA, José Maria de Oliveira. **Rever Canudos**: Historicidade e Religiosidade Popular (1940-1995). São Paulo, FFLCH/USP, 1996 (Tese de doutorado).

Recebido em 01 de maio de 2018

Aprovado em 08 de julho de 2018